

A FACTURA DA ENERGIA E A "CAPTURA" DO SISTEMA

Por Henrique Gomes em 10Jun26

Cidadão, ex-Secretário de Estado da Energia

Vivemos tempos de uma exigência sem precedentes. Às pressões da inflação e à subida dos juros, que asfixiam o orçamento das famílias, somam-se a crise da habitação e as incertezas de um mundo em acelerada mutação tecnológica. Num quadro onde o custo de vida é a preocupação central, a energia não pode ser um fardo adicional; tem de ser, pelo contrário, o pilar de estabilidade que permite às nossas indústrias competir e às nossas casas manterem o conforto.

Neste contexto, surpreendeu-me o elogio que a Sr.^a Ministra do Ambiente e Energia fez a um estudo de impacto das energias renováveis encomendado pela APREN e elaborado pelas consultoras EY Parthenon. Compreende-se o entusiasmo político em torno de boas notícias, mas quem acompanhou de perto os processos do sistema eléctrico nacional nas últimas décadas sabe que a prudência é uma ferramenta fundamental de um governante. Aceitar sem reservas a visão de uma das partes interessadas — por mais legítima que seja a sua actividade — é expor-se à percepção de uma "captura" do interesse público. Quando o regulador ou o governante adoptam o olhar do sector que deveriam tutelar, quem acaba por pagar a fatura é, inevitavelmente, o consumidor.

A ILUSÃO DO SOL E VENTO "GRÁTIS"

A ideia de que as energias renováveis são "baratas" tornou-se um dogma. É verdade que o sol e o vento não enviam factura e que o custo de geração baixou drasticamente. Mas há custos, por elas induzidos, que têm sido omitidos: os custos de integração no sistema. Para que a energia chegue às cerâmicas de Aveiro, Viseu e Coimbra, ou à indústria do vidro na Marinha Grande, com a segurança de que estas precisam para não parar as máquinas, são necessários redes reforçadas e backups constantes (gás, hídrica e baterias), muitas vezes ociosos e financeiramente improdutivos.

Tal como as energias fósseis já incorporam no seu custo as externalidades ambientais via taxa de carbono, também as renováveis devem incluir os custos por elas induzidos no sistema (*System LCOE*). Quando o omitimos, estamos a alimentar "subsídios invisíveis". A transição energética é necessária, mas se for feita apenas pela acumulação cega de potência intermitente, sem planeamento, o resultado é um aumento dos encargos nas facturas através das tarifas de acesso e dos encargos de sistema. A explosão de crescimento da Inteligência Artificial (IA) com consumos eléctricos brutais e constantes, implicará grandes investimentos nas infra-estruturas de rede, armazenagem e outros. Quem pagará estes custos acrescidos?

O DESEQUILÍBRIO ENTRE SINES E A NOSSA REGIÃO

O exemplo de Sines é ilustrativo. Os grandes centros de dados ali planeados precisam de energia 24 horas por dia. Como as renováveis falham quando não há sol ou vento, o país terá de investir centenas de milhões de euros em redes para garantir o abastecimento destes gigantes. Se o rigor não for aplicado, este custo será socializado. Ou seja, as famílias da nossa região Centro estarão a subsidiar a rede eléctrica de multinacionais tecnológicas. É um contrassenso económico e social: o pequeno consumidor e a média empresa regional a custear a infra-estrutura de quem tem interesse em investir.

O "CÉREBRO" DO SISTEMA E A SOBERANIA

Ora, há um conflito de interesses estrutural: o operador tem um incentivo financeiro para promover investimentos em "linhas e subestações", pois é sobre esse capital que recebe a sua remuneração garantida. Se na sua 1ª fase de capitais públicos, a REN sempre se pautou por uma elevada noção de interesse público, essa postura alterou-se natural e quase exclusivamente para a maximização do lucro através dos investimentos que faz. Sempre foi minha convicção que o processo de privatização não salvaguardou os interesses soberanos do país. Hoje, é uma empresa privada com forte capital estrangeiro, que detém quer o "corpo" que investe e explora, quer o "cérebro" que gere, pensa e justifica os investimentos na rede portuguesa!

É urgente separar o "Hardware" (infraestruturas de rede) do "Software" (gestão e planeamento do sistema). Como tenho defendido em diversas ocasiões, Portugal precisa de um operador de sistema independente, de capital maioritariamente público e com autoridade técnica, designado ESO (*Energy System Operator*). Países como o Reino Unido ou a Alemanha já perceberam que a gestão do sistema e o planeamento exigem independência e articulação com muitos *stakeholders* e é uma questão de segurança nacional e de sobrevivência económica, retirando-o da esfera de interesses meramente privados. É a única forma harmoniosa de levar a cabo uma política e transição energéticas coerentes e de integrar objectivos conflitantes de forma eficaz e eficiente, isto é, de garantir o custo mínimo de electricidade para quem trabalha e produz em cidades como Viseu ou Leiria.

UM APELO AO RIGOR

A transição energética não pode ser uma "máquina de rendas" protegida por uma visão oficial que parece por vezes capturada pelo optimismo dos lóbis. Em tempos de incerteza, o papel do Estado é o da defesa do interesse público no conhecimento rigoroso e profundo de um sistema energético seguro, competitivo e sustentável. Precisamos de recuperar a soberania das funções estratégicas na área da energia.

PORQUE A FACA E O QUEIJO NÃO PODEM ESTAR NA MESMA MÃO